

Profa.Dra. Izabel Andrade Marson

MEMORIAL

Apresentado para o Concurso de Livre
Docência na disciplina HH-483 – História do
Brasil II – junto ao Departamento de História
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas

CAMPINAS
setembro de 1999

Índice

Memorial.....	4
Curriculum Vitae.....	26

Para meus professores

Para Léo

MEMORIAL

“A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão – no campo, no mar, na cidade – é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação.(...). Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele.

Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (...)Assim seus vestígios estão presentes de muitas maneiras nas coisas narradas, seja na qualidade de quem as viveu, seja na qualidade de quem as relata”.(Walter Benjamin, **O narrador**)

De todos os passos de um concurso de livre docência o preparo do Memorial foi para mim o mais difícil porque, ao cumprir esta solicitação acadêmica, precisei exercitar o papel de memorialista sem, contudo, poder ignorar parâmetros da historiadora que sempre praticou seu ofício com rigor. Buscando auxílio nos escritos de Benjamin, Bergson e Proust para tentar compreender esta dificuldade, eles me sinalizaram expressivas razões. Por um lado, a tarefa é particularmente difícil porque a documentação disponível para elaborar o relato fora, inevitável e (in)voluntariamente danificada por quem deveria ser o maior interessado em preservá-la, isto é, eu mesma. Por outro, o texto, quando vinculado aos especialistas no estudo da história pressupõe narrativa na qual personagem/ narrador/ memorialista e historiador se confundem na mesma pessoa criando uma grande confusão. Nesta situação específica, o Memorial acadêmico acaba por emaranhar e por tornar-se uma síntese das muitas formas de confeccionar histórias.

Outra dificuldade remete ao recorte, em ampla tela, de uma das experiências vividas pelo narrador-historiador - a universitária - experiência enredada num conjunto de outras circunstâncias particularmente sensíveis, não raro mais significativas. Tudo isso torna mais complicada a tessitura desta rememoração.

Concluí que em nenhum momento da trajetória do historiador se tem a oportunidade de perceber com tão grande clareza a assertiva de Benjamin de que a rememoração pressupõe necessariamente o “esquecimento”, que suaviza perdas. E de que a memória é, em qualquer circunstância, também história.

1. Encontro com a Universidade

Para os jovens de minha geração a universidade não era um objetivo certo, particularmente para aqueles que viviam no interior do Estado de São Paulo. Para rapazes e moças de classe média como eu, para quem a escola tinha necessariamente um compromisso com a profissionalização, o magistério do curso primário era a meta mais provável, até porque se tratava de um ofício muito valorizado. Então, em todas as pequenas comunidades nas quais convivi, o professor primário das escolas particulares e públicas era uma referência de ilustração, integridade e dedicação.

Esta imagem do mestre de primeiras letras que me ficou na lembrança foi certamente a origem de meu desconforto quando assisti o laureado Central do Brasil. Aquela professora, com aproximadamente 60 anos, a personagem principal do filme, agrediu minhas recordações e me demonstrou como o passado, quando tratado por aventureiros que se põem a abordá-lo sem maiores preocupações senão a de ganhar dinheiro, pode ser desrespeitado e mutilado. Procurando compreender como fora confeccionada aquela personagem, percebi ser um arranjo anacrônico que associou vários tempos: uma professora aposentada de 60 anos, mais o comportamento projetado (ou inventado?) de alguma professora primária dos dias atuais, mais as cobranças estabelecidas pelo mercado internacional de cinema interessado numa imagem

estereotipada do Brasil. Ou seja, uma síntese de tempos e circunstâncias, um anacronismo que acabou por banir da história o desempenho e a figura efetivos dos professores primários no país nos anos 1950. Na verdade, concretizou-se ali uma espoliação, como muitas outras que vêm sendo realizadas por “historiadores” estranhos ao ofício, especialmente porque ignoram a condição mais importante para o exercício desta profissão: a sensibilidade para com o tempo. Um mestre, formado na década de 1950, certamente teria estudado em escolas públicas ou particulares bem constituídas e teria tido uma formação intelectual e moral que o impediria de exercer atributos de sua profissão enquanto uma fraude. Em suma, não desempenharia a atividade de escrever cartas com objetivos escusos, e mesmo que eventualmente precisasse recorrer àquele expediente para sobreviver, a professora despacharia as cartas encomendadas conforme fora prometido aos seus clientes. Eram justamente a dignidade e o *status* da profissão, conferidos também por uma remuneração digna, o que atraía os jovens para a tarefa de educar as crianças, principalmente nas escolas públicas.

Nas pequenas cidades da alta sorocabana onde, nas décadas de 50 e 60, passei minha infância e adolescência, a universidade era uma referência longínqua, sobre a qual tive notícia por professores do antigo “ginásio”. Isso porque me coube a oportunidade de concluir o primeiro e segundo graus num bom momento da história da educação no país, aquele em que as escolas públicas de todos os níveis se expandiram pelo interior do Estado de S. Paulo, contando com docentes qualificados, muitos dos quais vinham de longe, no geral da capital do Estado.

Aos 11 anos, quando cursava a primeira série do “ginásio” na cidade de Santo Anastácio, ouvi falar pela primeira vez sobre a universidade. Nessa época, 1960, a escola tinha cinco professores com formação universitária que haviam vindo da Capital, 3 deles formados pela USP: a professora de matemática, o professor de português e o professor de geografia e história. Também tinham a mesma origem o professor de música e a professora de educação física, que desenvolveram com minha turma um inesquecível trabalho de educação musical e expressão corporal. Guardei na memória muitos dos conteúdos aprendidos e sua maneira de ensinar. Ficaram particularmente, as

histórias sobre a escola na qual haviam se formado, os comentários sobre cinemas, museus e teatros da metrópole, cidade que eu visitara apenas em cumprimento de compromissos familiares ou tratamentos de saúde.

Nas séries seguintes do ginásio e da Escola Normal, novos encontros com professores paulistanos: a professora de francês, a de psicologia, a de português e a de história. Teria nascido aí alguma afinidade especial? Possivelmente. Pelo menos eu já sabia desde então, inclusive pelo aproveitamento escolar, que minha vocação era as ciências humanas. Fui sempre uma aluna curiosa e aplicada e, nesta fase, a melhor nas classes com as quais convivi. Fui a oradora nas formaturas e recebi premiações.

A Escola Normal, apesar da especificidade e compromisso com a profissionalização para o magistério primário, abriu-me perspectivas maiores do que as esperadas. Através dela, aproximei-me de professores que lecionavam na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, então um Instituto Isolado da USP, uma daquelas escolas fundadas nas décadas de 50 e 60 no interior do Estado. Estudamos, eu e duas colegas, para o vestibular de História de 1967. História era minha segunda opção, pois psicologia, o curso predileto, exigia uma dedicação integral que eu não poderia contemplar. Entretanto, a segunda opção não decepcionou. Muito pelo contrário, descobri muitas afinidades com ela, mais do que poderia imaginar naquele momento. Além disso, estar na universidade era um privilégio que me franquearia uma formação mais elaborada e o acesso ao magistério de segundo grau, o que realmente importava.

2. A experiência universitária

Em minha experiência universitária, vivida em período particularmente criativo e instigante da história da Universidade no Estado e no país, duas atividades marcaram-me profundamente: o estudo e a política. Nos primeiros dois anos, realizados ainda em Assis, tive acesso a uma boa biblioteca, professores dedicados e críticos, palestrantes estrangeiros (europeus e americanos), um curso de cinema. Graças a uma bolsa de

estudos, durante o primeiro e o segundo anos pude dedicar-me integralmente ao curso e “curtir” a vivência universitária: as repúblicas partilhadas com colegas de várias outras cidades; as discussões para preparo dos seminários; o exercício da crítica; a pesquisa; as conferências; os cursos de extensão; as defesas de tese; a exploração de livrarias universitárias; o cinema de arte; o teatro; as festas; a política; o centro acadêmico; as assembléias; as vindas periódicas a S. Paulo para acompanhar programas culturais. Das disciplinas cursadas as que mais deixaram vestígios neste período foram história do Brasil Colônia, história da América, história da literatura portuguesa e história da filosofia. As duas primeiras pela importância do conteúdo e pela preocupação dos professores em ensinar técnicas de ensino para a montagem de aulas e para o exercício da pesquisa – a problematização da historiografia, a análise de documentos e o desenvolvimento de seminários-aula. História da literatura marcou pela abordagem minuciosa de obras da literatura medieval portuguesa, destacando a historicidade dos textos e as mediações entre literatura e história. E filosofia porque demonstrou praticamente como realizar a decomposição dos discursos e contrapontuá-los, no caso abordando a argumentação dos sofistas, dos socráticos e dos cartesianos.

O segundo ano, 1968, como em todas as universidades brasileiras e mesmo estrangeiras, foi dedicado à política universitária. Então, descobri uma forma de fazer política que nunca havia presenciado, apesar de ter vivido o período áureo do populismo, com seus comícios ruidosos e, às vezes, violentos desfechos e as divisões políticas radicais assistidas nas pequenas cidades. Dos confrontos maiores ocorridos em 1961 - quando da renúncia de Jânio e a resistência de Brizola - e em 1964, tomara conhecimento através da Folha da Manhã, depois Folha de S. Paulo, do rádio, e pelas referências críticas feitas por meu professor de português, em falas proferidas na escola durante comemorações de eventos da história pátria, nos anos de 1961 e 1962. Só na universidade vim a compreender que ele era um perseguido político, talvez um comunista. Não havia testemunhos expressivos da existência das esquerdas naquelas pequenas cidades do interior. Apenas, vez ou outra, um episódio como aquele do médico baiano da cidade de Presidente Bernardes, também ele provavelmente um simpatizante do comunismo, fazendo críticas ao governo Getúlio Vargas e Juscelino,

com as quais minha mãe concordava plenamente. Naquelas paragens, outras questões políticas mais imediatas eram sentidas no cotidiano, particularmente a partir do final do governo JK: na inflação que corroía os salários, na perda do poder aquisitivo dos setores médios da população e na falta de recursos médicos e de hospitais.

Mas em 1968, na universidade, além das assembléias e das reuniões sobre a reforma universitária, a política adentrou ruidosamente a sala de aula impondo seus temas: juntamente com esta reforma, discutia-se sobre a revolução brasileira, os acordos MEC/USAID, a criação dos cursos de estudos sociais, as aulas obrigatórias de OSPB. Conheci a militância política, os encontros de estudantes, as passeatas, a ação da polícia, Ibiúna, a prisão.

1968 marcou minha experiência universitária também porque, perdendo a bolsa de estudos por razões políticas, precisei transferir-me para S. Paulo e para a USP. Juntamente com a universidade e com o país vivi tempos inéditos e difíceis. Dava aulas particulares e em um curso supletivo pela manhã e à noite, e adaptava-me numa S. Paulo hostil, bem diferente daquela que até então me oferecera cultura e lazer. Além disso, em 1969, encontrei uma USP esvaziada e amedrontada pela repressão policial. Entretanto, no ano seguinte, fiz amigos e ainda descobri na universidade uma estimulante polêmica entre docentes com diferentes posições teóricas, metodológicas e políticas.

Apesar de tudo, eram tempos de práticas coletivas, de experimento das dinâmicas e estudos de grupo, e de muito debate, ao mesmo tempo, acadêmico e político, em torno da implantação dos cursos de Estudos Sociais, da Escola dos *Annales* e de suas parcerias com a sociologia, das tendências do marxismo, dos rumos da revolução no Brasil e no terceiro mundo. No campo de investigação específica dos historiadores, havia uma procura de alternativas à história “*evenementielle*” e à ortodoxia marxista de cunho stalinista e leninista. Esta busca inspirou cursos com conteúdos diferentes que resultaram num currículo que reunia diversas orientações. Então, nos programas de introdução à sociologia discutíamos Marx, Weber, Durkheim, Wright Mills, Florestan Fernandes. Nas aulas de moderna e contemporânea estudávamos Dobb, Hobsbawm,

Soboul, Sweezy, Godechot, Marc Bloch, Lucien Febvre e Lucien Goldmann. Em Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado, Faoro, Celso Furtado, Nelson W. Sodré, Alice Canabrava, Emília Viotti, Antonio Cândido, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota. Nas aulas de historiografia, os clássicos Varnhagen, João Francisco Lisboa, Capistrano, Oliveira Lima, Oliveira Viana, Gilberto Freyre. E, nas de América, ministradas pelo prof. Nunes Dias, um curso teórico tipo *magister dixit* e um autoritarismo que confundia, na mesma pessoa, o professor e o policial. Mas o que mais chamava a atenção naquele momento, além da repressão política, era o debate no interior das esquerdas dentro e fora da universidade, por um lado os variados marxismos e leituras sobre revolução brasileira e por outro a explosão da guerrilha.

Para os historiadores, especialmente, a riqueza deste momento pode ser testemunhada na preocupação mais cuidadosa com teoria, método e o ofício do historiador. Preocupações certamente decorrentes tanto, da expansão das proposições dos *Annales* na versão braudeliana quanto, pela projeção de questões políticas originadas do desencanto com o marxismo ortodoxo e com o desempenho da burguesia brasileira em 1964. Indagava-se sobre a natureza da sociedade e da revolução brasileiras. Problematizava -se as interpretações existentes sobre todos os períodos da história do Brasil. Procurava-se caminhos através de uma aproximação com a sociologia e com os *Annales*. Fundamentando-se nos historiadores desta Escola – Bloch, Febvre, Braudel, Labrousse – pretendia-se uma revisão dos temas, das periodizações e das interpretações, através da busca de fontes inexploradas, da pesquisa sistemática e de temas mais recortados que contemplassem curtas e longas durações. Fora-se o tempo das grandes sínteses explicativas do Brasil, no estilo de Caio Prado, Celso Furtado, Freyre e Faoro. As balizas teóricas para esta revisão apontavam, além dos *Annales*, para uma aproximação com a sociologia (Goldmann, Florestan Fernandes, Marx e Weber) e a antropologia de orientação estruturalista (em especial Levy-Strauss), uma vez que para os mais inquietos tornara-se urgente a revisão da origem, configuração e atuação das classes sociais no Brasil, o reconhecimento do movimento das conjunturas e estruturas históricas, das fronteiras entre a ideologia, as formas de pensamento e a

ciência. Eram tempos de revolvimentos significativos no conhecimento existente sobre a trajetória da política e da sociedade brasileiras, visando a explicar também a ascensão dos militares e sua ação truculenta na política, as quais a universidade sofreu intensamente, pois delas decorreram muitas aposentadorias compulsórias e precoces e exílios involuntários.

Contudo, a busca de novos parâmetros decorreu também de outras razões. Docentes aprimoravam sua formação em estágios na Europa, sobretudo em Portugal e na França, e criavam intercâmbios e contatos mais estreitos com as escolas européias de nível superior. Chegavam vários *brasilianistas* - muitos dos quais aqui permaneceriam – e o estudo da história do Brasil ganhava espaço nos Estados Unidos. Começava a delinear-se uma preocupação com a formação e profissionalização de pesquisadores e com a pós-graduação. Foi nesse momento – 1969-1970 – que apareceram no curso de graduação os bolsistas de iniciação científica amparados pela FAPESP, naquele momento uma alternativa para poucos alunos.

3. A participação na Pós-Graduação

A participação na pós-graduação não era uma expectativa quando iniciei o curso universitário. Imaginava apenas o magistério no curso secundário, destino de 99% dos graduandos, embora já soubesse das grandes dificuldades que os professores das escolas públicas enfrentavam, em particular os ingressantes – baixos salários, aulas noturnas, escolas distantes, precariedade do contrato de trabalho. Rememorando aqueles anos, dei-me conta da rapidez com que se processou a deterioração das escolas públicas de primeiro e segundo graus. Havia ainda escolas públicas exemplares, como os colégios de aplicação, mas não estavam ao alcance dos recém-formados. As difíceis condições de trabalho na escola onde obtive aulas fez com que me decidisse por lecionar num cursinho assim que surgiu esta possibilidade, mesmo porque já trazia alguma experiência com cursos supletivos.

A oportunidade de ingresso na pós-graduação foi decorrência de mudanças que marcaram a história da universidade no final da década de 60: a remodelação dos programas na USP, e o aumento das vagas em função da reforma universitária e da titulação de um número maior de docentes. Também devido à ampliação do número de bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pelas agências financiadoras, expediente que possibilitou a formação e profissionalização de pesquisadores que não faziam parte do quadro de docentes das universidades. E, no meu caso pessoal, o relacionamento estabelecido ainda na graduação com um grupo de alunos que já desenvolviam pesquisas com o professor Carlos Guilherme Mota.

Este grupo, composto por aproximadamente 15 pesquisadores, integrou um projeto de pós-graduação na área de História Social das Idéias no Brasil de título, “Mudanças Sociais e Estruturas Mentais no Brasil – séculos XIX e XX”, que privilegiou questões pertinentes à ideologia, à natureza da sociedade, à revolução brasileira e aos temas da história política e social deste período: as revoluções, a escravidão, os partidos, os projetos políticos. O projeto organizou-se com três equipes: a primeira ocupou-se com assuntos do império; a segunda com questões colocadas no período de passagem do império para a república; e a terceira com período republicano. O objetivo comum era problematizar marcos e interpretações existentes sobre temas clássicos e periodizações, realizando uma revisão das relações entre política, ideologia e ciência; da configuração das classes e dos partidos e das concepções de política. Buscava-se também uma remodelação das metodologias, em especial a pesquisa rigorosa nos arquivos visando retomar tanto o discurso “oficial” quanto os demais escritos, tais como a imprensa político-partidária em todas suas manifestações e as memórias. Participei do grupo que tratava dos problemas relativos ao século XIX para estudar a Revolução Praieira, tema que vinha completar o quadro de revoluções do Império, e acompanhar outras pesquisas voltadas para a Confederação do Equador, a Sabinada, os Malês e a Balaiada.

A preocupação em surpreender os mecanismos da disputa política entre praieiros e conservadores e avaliar as razões estruturais e locais da revolta, levou-me à análise de

fontes primárias compostas de Relatórios de presidentes da província, chefes de polícia e do discurso veiculado na imprensa político-partidária. Pelo fato de ter encontrado muitos jornais nos arquivos pesquisados no Rio de Janeiro, e por ser a coleta de informações e o estudo de texto uma tarefa então demorada, foi preciso fazer um recorte nas fontes a serem exploradas no mestrado. Por esta razão, o projeto privilegiou os Relatórios e os jornais no período que antecedeu a guerra civil de 1848 e deixou os autos do processo da rebelião para uma etapa posterior. Para desenvolver a pesquisa fui contemplada com uma bolsa da FAPESP e não tive maiores dificuldades na tarefa de exploração de arquivos. Naquele momento, já tinha alguma experiência deste tipo de atividade por ter participado como auxiliar de pesquisa do projeto de doutorado do prof. Arnaldo Contier, meu ex-professor de Brasil Colônia na Faculdade de Assis, que analisara jornais da província de S. Paulo publicados durante o período regencial.

A interpretação sobre o confronto partidário pernambucano de 1848 apresentada em minha dissertação de mestrado é tributária da formação teórica e metodológica obtida ainda na graduação. Por isso ela associou fortemente história e sociologia, procurando compreender o engendramento e o percurso do movimento praieiro a partir da luta de classes em Pernambuco e fundamentando-se na teoria da dependência (originária dos estudos de André Gunder Frank, Paul Baran e Paul Sweezy) então bastante divulgada no Brasil pelos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes. Em outros termos, na premissa de que o capitalismo havia constituído em seu desenvolvimento áreas centrais hegemônicas e outras periféricas ou dependentes, caso do Brasil. Nestas últimas, as relações capitalistas haviam conferido à sociedade um perfil específico, típico da condição colonial, signatária de um tempo diferenciado daquele vivido na Europa.

Dessa forma, minha leitura seguiu a trilha já aberta para o entendimento da sociedade imperial, pelos estudos de Emilia Viotti, Fernando Novaes e do próprio Mota. Então reafirmei a permanência das estruturas coloniais no Império, ou seja, a existência de processos históricos de longa duração; e pressupus uma relação funcional e descompassada entre Europa e Brasil. Ainda, acompanhando muitos outros

historiadores, concebi os segmentos integrados por senhores de engenho como classe híbrida em sua performance social - meio empresários meio aristocracia nativa - mas uníssona em seus interesses e práticas especialmente quando em situações de risco.

Tais premissas orientaram o processamento das informações colhidas numa exaustiva pesquisa em jornais e na documentação oficial. Os argumentos encontrados, muito ricos e discrepantes, foram associados para compor a fala única e representativa de ideologia e elite dominantes que partilhavam concepções e práticas, apesar desta última estar organizada em dois partidos que desempenhavam, alternadamente, dois papéis políticos diversos, ora o de governo ora o de oposição. Os testemunhos foram desta forma uniformizados para configurar, por um lado, uma classe detentora do poder político e econômico; e, por outro, um amplo contingente de dominados que se rebelava esporadicamente em conflitos particularizados e despolitizados. Por sua vez, a ideologia partilhada por toda a sociedade foi concebida, segundo critérios althusserianos, como um discurso que invertia conflitos e reproduzia uma realidade desfigurada ocultando as verdadeiras relações de poder. Dessa forma, em oposição à ciência, cumpria uma estrita função de mascarar a dominação exercida e viabilizar o controle social.

O objetivo mais amplo desta interpretação foi rebater a leitura de que as revoluções do XIX haviam acontecido por “influência” das ocorrências européias. Pretendia-se demonstrar a existência de uma situação histórica inédita decorrente da condição colonial, na qual, devido à permanência da escravidão, as relações sociais eram pautadas por uma violência intrínseca e cotidiana. Dessa forma, as revoluções tinham aqui uma configuração e motivações próprias típicas de uma também particular contingência histórica. O texto da dissertação foi publicado em 1980 pela Editora Moderna, com o título de **Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político**.

Entre o mestrado e o doutorado fiz um intervalo de cinco anos nos estudos de pós-graduação. Parte deste período foi dedicado a meus filhos pequenos; outra ao ensino de segundo e terceiro graus em escolas públicas e particulares. Neste momento, não se apresentaram oportunidades para ministrar aulas em universidades públicas então

submetidas a uma política severa de contratações ou a mecanismos de seleção de docentes (as “indicações”) ainda tributários do tempo das cátedras.

O retorno à pós-graduação aconteceu em 1980, momento em que os círculos historiográficos agitavam-se pela divulgação de autores marxistas ingleses da *new left* – especialmente E.P. Thompson; pelo contato com estudos provindos da antropologia cultural, particularmente, Clifford Gertz; e, principalmente, pela aproximação com novas leituras sobre a filosofia política - de Claude Lefort, C. Castoriadis, Hannah Arendt, Walter Benjamin, Theodor Adorno, além do polêmico Michel Foucault. As proposições destes autores permitiram uma revisão dos pressupostos teóricos herdados da sociologia matizada por vários marxismos. Eles fundamentaram a crítica ao conceito do tempo como progresso, às análises que combinavam tempos diferenciados numa mesma experiência, à cesura entre ideologia e ciência, ou entre teoria e prática, à concepção que estabelecia lugares exclusivos para o exercício política, e configurações modelares para a política e as classes sociais. Admitindo a historicidade e o sentido político da ciência e da história concebidos pela burguesia para referendar sua hegemonia e, portando, questionando a universalidade do saber emergente no século XIX, estes autores sugeriram parâmetros mais livres para o exercício da reflexão e da investigação. Investiram na indeterminação da história, no rompimento dos marcos aprisionadores e fundantes da “civilização”, numa concepção mais versátil para a política, no imbricamento entre pensamento e ação, no direito de todos os homens à história. A divulgação destes autores aconteceu em cursos de filosofia ministrados por Marilena Chauí. M. Sylvia Carvalho Franco, Renato Janine Ribeiro e Olgária Mattos. Suas proposições abririam muitas possibilidades para os historiadores.

Retornando à pós-graduação em 1980 tomei conhecimento destas leituras em curso apresentados por M. Sylvia C. Franco (de título Fundamentos do liberalismo) e Eunice Durham (O contexto cultural do comportamento político). Com M. Sylvia estudei de forma aplicada algumas das concepções de Marx e Lefort, em aulas que explicitaram os fundamentos e as origens históricas do liberalismo. Nelas foram explorados minuciosamente o processo de engendramento dos pressupostos liberais em

Bacon e Locke e seus vestígios nos escritos de Marx; o sentido político destes pressupostos e suas mediações com o saber que os precedeu e que lhes deu origem, no caso, o saber do renascimento e a cultura antiga.

A contribuição deste curso para a compreensão da política liberal vivida no Império foi essencial, pois aclarou os pressupostos e os compromissos fundamentais do liberalismo desde o momento de sua constituição, revelando seu significado arguto e autoritário, ao mesmo tempo político e científico. Neste projeto, os conceitos de liberdade, igualdade, harmonia e ordem, articularam uma proposta civilizadora universal, mas sob regência de uma elite devidamente preparada para concretizar o milenarismo laico inscrito no progresso. O curso também problematizou a concepção de história imbricada neste projeto, ou seja, um processo linear e cronológico caracterizado por mudanças consecutivas e absolutas signatárias do progresso que, invariavelmente, impunha tempos descompassados, determinados pela espacialização, entre as experiências europeias e coloniais. Ainda sugeriu um entendimento do tempo como resultado da luta política, concepção que rompia com os parâmetros da cronologia e da linearidade.

Já o curso da professora Durham, apresentou a concepção antropológica de cultura como prática social criadora e dotada de movimento, explorada na obra de C. Guertz **A Interpretação das Culturas**. Ela possibilitaria a reconsideração das práticas político-culturais dos “dominados” na sociedade colonial, leitura enriquecida, posteriormente, pelas proposições de E. P. Thompson para as classes operárias urbanas, e segmentos populares da sociedade aristocrática inglesa, apresentadas nos seus textos clássicos **Formação da Classe Operária e Tradición, Revuelta e Consciencia de Clase**.

No seu conjunto os estudos e debates realizados nestes cursos, assim como outras leituras, sugeriram profunda revisão da análise dos projetos que se entrecruzaram na Revolução Praieira. Foi superado o enfoque que entendia a realidade formalizada enquanto uma disputa entre dois grupos: dominantes e a dominados. Também,

descartadas as limitações colocadas pelo conceito de ideologia dominante, e pela cesura entre ideologia e ciência, abriu-se a possibilidade de pensar diferentes projetos liberais. Ainda, demonstrou-se a complexidade dos confrontos políticos vivenciados em Pernambuco e no Império, nos quais estavam imbricadas múltiplas revoluções representativas de um tempo universal e comum à Europa e ao Brasil. E abriram-se perspectivas para conceber o pensamento como ato, ou modalidade/exteriorização da prática política, tão significativa quanto qualquer outra. Estas conclusões foram apresentadas em minha tese de doutorado, publicada com o título de **O Império do Progresso: a revolução praieira em Pernambuco – 1842-1855**, pela Editora Brasiliense em 1987.

O encontro com Lefort foi essencial porque reafirmou a importância da crítica ao “fato”, às figuras desencarnadas, ao anacronismo, às teleologias históricas. Também realçou a pertinência de se interrogar explicações simplificadoras, ou de reconstituir a complexidade das situações; e a importância da obra e do indivíduo enquanto testemunho de historicidades específicas. Neste momento também foram muito importantes as discussões e leituras com companheiros de pesquisa que depois se tornaram colegas de departamento na USP: Carlos Alberto Vesentini e Francisco Murari Pires. Com “Carlinhos” muito conversei sobre a concepção do “fato histórico” e sobre sua importância na confecção da memória. E com “Chico” sobre o conteúdo e os significados dos “fantasmas” gregos e romanos tão recorrentes na fala dos políticos e memorialistas do século XIX.

4. Docência, pesquisa e orientação

Passei a integrar o quadro de docentes da USP em 1983, após aprovação em concurso público para a disciplina História Ibérica, realizado em outubro de 1982. Acredito que este concurso tenha deixado algum vestígio na memória daqueles que o presenciaram no Departamento de História da USP, pelo fato de ter sido o primeiro processo de efetivação ali ocorrido no qual se inscreveram muitos candidatos que não

integravam o quadro de docentes do próprio departamento. A seleção foi organizada em plenária de docentes que, a partir daquele momento assumia a condução da política departamental inaugurando uma forma de gestão mais democrática. Integrei o quadro do Departamento de História da USP por 6 anos (1983-1989). Em 1989, transferi-me para UNICAMP.

Docência, pesquisa e orientação foram sempre atividades associadas em meu percurso na universidade. Rememorando e refletindo sobre este desempenho docente, cheguei à conclusão que a experiência didática provinda dos cursos supletivos e de preparação para o vestibular; do ensino de segundo e terceiro graus, e da formação universitária contribuíram para o bom desempenho na docência na universidade pública, tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação que ofereci na USP e na UNICAMP. Esta experiência possibilitou administrar salas com muitos ou poucos alunos e, especialmente, a construir programas que atendessem tanto a formação daqueles que se encaminhariam para o ensino de primeiro e segundo graus quanto dos que se dedicariam à pesquisa.

Didaticamente não foi preciso variar muito no que diz respeito à metodologia, para obter resultados satisfatórios. A combinação de seminários-texto, monitorados pelo professor, nos quais explorei minuciosamente documentos e interpretações variadas sobre um mesmo tema; a orientação individual ou de grupo extra classe para a confecção dos seminários e dos trabalhos de aproveitamento; e aulas expositivas sistematizadoras das conclusões obtidas, garantiram a abordagem profícua de bibliografia básica sobre os assuntos tratados (essenciais para o futuro professor), e exploração de instrumental metodológico mínimo para a formação dos futuros pesquisadores.

Ao longo dos últimos vinte anos ministrei várias disciplinas no ensino de terceiro grau: História Antiga, Medieval, Moderna, América, Brasil Colonial e Império, Ibérica e Teoria da História. Na universidade pública, USP e UNICAMP, concentrei meus cursos em Ibérica, Brasil e Teoria, disciplinas nas quais desenvolvi conteúdos

programáticos que problematizaram interpretações historiográficas contrapondo-as entre si e com informações das fontes. Com relação a estas últimas, valorizei tanto aquelas pouco utilizadas, pelo menos até pouco tempo atrás – como é o caso das fontes literárias – quanto outras já bastante visitadas, a exemplo dos textos que trataram da história da revolução no Império: Timandro, Ottoni, Justiniano J. da Rocha, Joaquim Nabuco.

A crítica à concepção liberal de progresso, fundamentada por Lefort, Benjamin, Castoriadis, Foucault e outros autores, foi valiosa para discutir as interpretações bibliográficas sobre as histórias de Portugal, Espanha e Brasil, invariavelmente concebidas sob enfoques nacionais e políticos que julgaram genérica e negativamente o desempenho das metrópoles ibéricas e do império brasileiro. Ou seja, referendaram a concepção lançada desde o século XIX, de um reiterado “atraso” em relação à Europa progressista e industrial; de um recorrente obscurantismo em relação à ciência; e uma contínua “incompetência” dos administradores tanto em sua política interna quanto externa.

As sugestões daqueles autores, associadas às de François Hartog e Reinhart Koselleck também foram importantes para pensar cursos de Teoria que analisaram momentos do processo de constituição do conceito de história hegemonicamente estabelecido no século XIX. Por outro lado, as reflexões de M. Sylvia C. Franco e Quentin Skinner sobre as origens do liberalismo, inspiraram cursos na pós-graduação que retomaram as matrizes teóricas das linhas de pesquisa do programa de pós em História da UNICAMP até 1992, e outros que procuraram mapear as matrizes teóricas do pensamento liberal no Império.

Em Ibérica ofereci cursos sobre a formação dos impérios coloniais comparando textos historiográficos com fontes políticas e literárias. O objetivo deste procedimento foi compreender e questionar a “leyenda negra” que obscureceu o desempenho de Portugal e Espanha desde o século XVIII. No caso da Espanha confrontei imagens criadas pela historiografia para a sociedade espanhola com os escritos de Cervantes e outros testemunhos esquecidos sobre o império espanhol. Quando abordei a guerra civil

espanhola de 1936, procurei comparar interpretações e romper leituras estereotipadas que restringiam o conflito à oposição esquerda/direita, demonstrando as inúmeras revoluções ali cristalizadas e os compromissos das disputas internas nos resultados da guerra civil.

Os cursos de Brasil Colonial privilegiaram dois temas: *colonização* e *escravidão*. Neles se discutiu a historiografia mais divulgada sobre estes assuntos, confrontando as diferentes leituras construídas para estes dois “fatos” e procurando explicar as razões desta diversidade de compreensões e avaliações. O objetivo foi, ao mesmo tempo, levantar informações sobre a colonização e a escravidão e registrar o debate historiográfico e político que estes temas vêm estimulando desde o século XIX. Dessa forma, estudou-se comparativamente obras de Caio Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, dentre outros autores. O mesmo método foi utilizado nos cursos que abordaram o Império, os quais retomaram os temas da *revolução* e da *escravidão*. Para interrogar a historiografia sobre o período imperial procurei destacar, através da exploração de fontes, tanto a complexidade da sociedade monárquica – onde se delinearão tantas propostas de reforma e de revolução - como as múltiplas experiências da escravidão. Também houve a preocupação de compreender os textos que registraram acontecimentos políticos mais importantes da história desta história, desde Armitage a Joaquim Nabuco.

Os cursos de Teoria da História ministrados na UNICAMP foram desenvolvidos especialmente na pós-graduação, e tiveram por intuito oferecer subsídios teóricos e metodológicos para os projetos de mestrado e doutorado dos alunos ingressantes. Eles abordaram três grandes temas. O primeiro tratou da história do debate teórico que deu origem às linhas de pesquisa do Programa de História Social do Trabalho (até 1992)- Escravidão, Movimentos Sociais, Cultura e Cidades, Política e Trabalho. O segundo enfocou as matrizes interpretativas do pensamento liberal no Brasil - século XIX. E o terceiro acompanhou o percurso dos pais fundadores da Escola dos Annales – Marc Bloch e Lucien Febvre. O primeiro tema teve por objetivos historiar o debate teórico subjacente às linhas de pesquisa e, conseqüentemente, informar sobre a origem dos

próprios projetos dos alunos, além de explorar as metodologias inscritas nas fontes teóricas. Então discuti, dentre outros, textos importantes de E. P. Thompson, P. Linebaugh, Maria Sylvia de C. Franco, Marilena Chauí, Carlos A. Vesentini, Edgar De Decca, Stella Bresciani, C. Castoriadis, Michel Foucault, Walter Benjamin.

Outro curso privilegiou o liberalismo, mas para discutir os teóricos que inspiraram ou informaram as práticas políticas desenvolvidas no Brasil durante o Império: Francis Bacon, John Locke, Jean Baptiste Say, Jean-Jacques Rousseau, Adam Smith, Stuart Mill. Com ele pretendi buscar informações que auxiliassem na compreensão dos discursos emergentes na política imperial e, sobretudo, na avaliação de como a fala dos teóricos foi instrumentalizada no Brasil. O terceiro tema “Annales e nouvelle histoire: reflexões sobre os paradigmas e a memória de uma Escola” pretendeu discutir leituras recentemente criadas sobre os “pais fundadores” dos *Annales*, fazendo um contraponto entre as falas de Bloch e Febvre e a dos interpretes das origens da “Escola”, em especial Peter Burke, François Dosse e Jacques Revel. A meta foi justamente retomar proposições de método importantes nas obras dos dois grandes teóricos dos *Annales*, muitas delas originárias da filosofia política – a exemplo da crítica ao “fato”, às figuras “desencarnadas”, a recusa das filosofias da história, o respeito à historicidade - mas que foram esquecidas ao longo do percurso da Escola, especialmente em seu período braudeliano.

As preocupações que fundamentaram os cursos de Teoria também orientaram meu trabalho nas Linhas de Pesquisa, *História da Escravidão e do Racismo* e, sobretudo, *Jogos da Política: conceitos, representações e imaginário*, onde trabalhei em equipe com os colegas Edgar de Decca, Stella Bresciani, Vavy Pacheco Borges e Ítalo Tronca. Nesta outra circunstância acadêmica, procurei dispensar um atendimento mais personalizado às solicitações dos alunos no que tange à implementação dos seus projetos de pesquisa. Desta maneira, li e discuti projetos dos meus alunos e dos colegas de Linha e procurei atender, na medida do possível, a todos que me procuraram, sobretudo para resolver questões de método. Participei também de muitas bancas de

Mestrado e Doutorado, em Exames de Qualificação e de Defesa de Dissertações e Teses.

Minha pesquisa pessoal é parte indissociável da docência e da orientação. Isso porque foi no preparo dos cursos para a graduação e a pós que explorei a bibliografia sobre a história do Brasil Colônia e Império que me permitiu interrogar a obra de Joaquim Nabuco. Os livros me informaram sobre a política, a sociedade e a economia abrindo a possibilidade de criar um contraponto com os personagens d' **O Abolicionismo** e de **Um Estadista**. Por outro lado, o preparo dos cursos de Teoria me franqueou informações sobre a prática liberal no Império e me permitiu explorar procedimentos políticos que me auxiliaram na análise e compreensão dos textos historiográficos de Nabuco.

Minha pesquisa também se beneficiou das discussões desenvolvidas nas Linhas de Pesquisa e, sobretudo, dos encontros do grupo de estudo que desenvolveu o projeto integrado “Razão, Sentimento e Paixão na Política”. Nas duas situações conheci textos e autores que enriqueceram minha concepção de História Política e as configurações das práticas do liberalismo. O debate de obras de Bronislaw Baczko, Pierre Ansart, Claudine Haroche, Michelle Perrot, Norbert Elias, Michel Foucault, Zigmund Bauman, Roger Chartier, Daniela Romagnoli, Pierre Rosanvallon, Lynn Hunt e de clássicos como Edmund Burke, Adam Smith e Emanuel Kant, ampliaram conteúdos: enriqueceram as imagens da política como representação e alargaram as formas e lugares possíveis para o seu exercício. Ainda apontaram a importância e descobriram a origem dos traços simbólicos que compõem as práticas políticas na sociedade burguesa, além de sinalizar métodos para sua análise. Destacaram mediações que imbricam razão e paixão no liberalismo e em outras ideologias contemporâneas, projetando as paixões como componentes das práticas políticas e não como elementos residuais de épocas anteriores e “menos civilizadas”. E demonstraram o significado da estética e da arte na configuração do discurso político, especialmente aquele de matiz autoritário.

As informações incorporadas nestas atividades de docência e pesquisa certamente fundamentaram meu trabalho de orientação. Ao longo destes dez anos– 1989-1999 - é possível perceber um percurso para ele. As primeiras pesquisas orientadas se circunscreveram a temas nos quais eu poderia aplicar a formação transportada de minha pós-graduação, sobretudo do Doutorado. Então, sem um assunto e um período especificamente recortados, orientei dissertações de mestrado que abordaram projetos políticos liberais, conservadores e republicanos veiculados na imprensa e emergentes em momentos diferenciados da história do Império – na época da independência e nas últimas décadas do segundo reinado. Orientei também um estudo sobre os carmelitas, a partir do qual muito aprendi sobre a importância das ordens religiosas no Brasil colônia e império e sobre o significado da desmobilização destas ordens para o êxito da política liberal. Ainda acompanho uma pesquisa sobre os franciscanos em S. João del Rey, e orientei um estudo que destacou o imbricamento entre racionalidade e irracionalismo na política incentivadora de custosa exploração estatal de minérios em Goiás durante o regime militar, experiência posteriormente sucateada pela orientação privatizadora inaugurada no governo Collor.

A partir de 1995, comecei a delinear um projeto mais circunscrito - que se constituiu a partir de minha experiência de pesquisa, das discussões na linha Jogos do Político, e do trabalho de docência - voltado para a atuação de políticos e memorialistas cujas obras se tornaram fontes primárias essenciais nas interpretações sobre a política do Império. Ele se fundamentou em algumas conclusões. A primeira foi a percepção do destaque conferido a algumas fontes pela bibliografia, a exemplo dos textos do próprio Joaquim Nabuco, de Justiniano J. da Rocha, de Teófilo Ottoni. A segunda, a constatação da importância de se desvendar a historicidade e o significado político destes textos que têm sido geralmente tratados apenas como banco de informações. A terceira, a existência de uma bibliografia teórica especialmente preocupada com o entendimento do discurso enquanto prática política e com a análise das biografias.

Partindo destas constatações passei a articular um grupo de pesquisas próximas de meu trabalho individual para investigar fontes essenciais para a história das práticas

políticas do império e de suas instituições, de forma a estruturar um projeto que denominei: *Política e Memória: história das práticas políticas e instituições liberais no Brasil – século XIX*. Ele tem por objetivo fazer um levantamento de fontes primárias – oficiais ou não – mais recorrentes que possam compor um percurso das práticas liberais discursivas no Brasil do XIX. Ainda objetiva analisar a argumentação destas fontes de forma a apreender sua origem e a tessitura de seus temas, interpretações e imagens; suas contradições; os pressupostos do discurso liberal nelas contidos e os projetos políticos aos quais deu origem. Também tem por objetivo, investigar a importância da prática discursiva como um ato político, ao mesmo tempo fundador de representações sobre o real e fio constitutivo deste real. A inspiração teórica proveio primeiramente das proposições de Cornelius Castoriadis e Claude Lefort; posteriormente de Quentin Skinner e John Pocock. Neste momento, sete pesquisas integram o projeto, abordando políticos-autores - Teófilo Ottoni, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Zacarias de Gois, o Visconde do Uruguay; textos de estrangeiros– Koster, Saint-Hilaire, Couty, e textos literários.

A tese apresentada neste concurso foi uma experiência significativa no encaminhamento deste grupo de pesquisa, pois me possibilitou um certo traquejo no trato das fontes discursivas e na organização de textos teóricos capazes de informar a análise destas fontes. Para finalizar, gostaria de narrar a história desta tese, uma vez que ela tem uma trajetória essencialmente diversa daquela por mim realizada tanto no mestrado quanto no doutorado. Nesse sentido, foi se tecendo aos poucos com os fios das contingências colocadas pela docência, pelas exigências da orientação e por outras cobranças da vida acadêmica, como a necessidade de publicar continuamente, atividade que, infelizmente se tornou, juntamente com as participações em congressos, o quesito mais valorizado na avaliação universitária, responsável, pelas graduações da excelência e da produtividade.

Terminado o doutoramento, eu pretendia acompanhar o desempenho de alguns políticos conservadores vitoriosos em 1848, mas que haviam desenvolvido percursos diferenciados a partir daquele momento. Eram eles Nabuco de Araujo, o juiz dos

rebeldes praieiros, que articulou a política de conciliação e ocupou s cargos importantes na administração imperial, mas também, se tornou um dos expoentes do partido liberal reformado em 1868. Figueira de Melo, o chefe de polícia e historiador da guerra civil, deputado conservador por várias legislaturas, com discreta participação política e absoluta fidelidade partidária. E Henrique Augusto Milet, um dos redatores da Revista **O Progresso**, socialista utópico e membro do partido conservador, mas também, um severo avaliador da política do partido em relação à lavoura açucareira quando do Congresso Agrícola de 1878. O tema fundamentou um Projeto aprovado pelo CNPq em 1991, dentro da modalidade bolsa Produtividade em Pesquisa. Ao implementá-lo, decidi começar o estudo por Milet, cujos escritos eram as fontes mais acessíveis naquele momento.

Logo após o levantamento e localização dos arquivos dos outros personagens me dei conta que, por sua dimensão, este seria um projeto inconciliável com as obrigações da docência. A documentação era imensa e estava depositada tanto no Rio de Janeiro quanto em Pernambuco. Então, o estudo de Milet já avançara e, por sua riqueza, me permitia resultados para garantir participação em Simpósio Internacional realizado na UNICAMP sobre *Sentimentos e identidades, paradoxos do político*; em encontros da Anpuh, além da realização de dois artigos. Ao mesmo tempo em que estudava os escritos do engenheiro francês, eu começara a explorar os textos de Nabuco tanto para os encontros da Linha de Pesquisa sobre a escravidão, quanto para os cursos que abordavam a história política do Império e o liberalismo. A inevitável comparação entre as falas do engenheiro e do deputado/historiador logo demonstrou que eu estava diante de duas leituras essencialmente diferentes de uma mesma situação histórica: o contexto em que foram debatidas propostas para finalizar a escravidão no Império. Do estudo das obras de Nabuco foram nascendo artigos e participações em congressos de historiadores promovidos pela ANPUH ou por outras instituições.

A participação no projeto integrado “Razão, sentimento e paixão na política”, coordenado pela profa. Maria Stella Bresciani, encaminharia a pesquisa para um aprofundamento da análise dos argumentos dos textos – **O Abolicionismo** e **Um**

Estadista – e dos temas mais importantes neles tratados: a revolução e a escravidão. Por sua vez, os autores discutidos na Linha Jogos do Político e no mencionado projeto coordenado por mim, *Política e Memória: história das práticas políticas e instituições liberais no Brasil – século XIX*, ofereceram apoio teórico para o entendimento da forma, estratégias e significados do discurso abolicionista. E as informações provenientes de minha pesquisa de mestrado e doutorado, somadas às leituras dos estudos sobre escravidão feitas tanto para as discussões na pós-graduação quanto para a participação nas bancas de qualificação e defesa, mais aquelas obtidas na bibliografia explorada nos cursos ministrados sobre o Império na graduação, viriam fornecer elementos para uma pertinente interrogação dos textos do historiador Nabuco. Nesta bibliografia, o livro de Peter Eisenberg sobre a indústria açucareira em Pernambuco foi primordial.

Por último, a compreensão do método utilizado por aquele historiador e de suas mediações com a política viriam dos apoios teóricos que fundamentaram minha tese de doutorado e estudos que se seguiram, particularmente de autores que refletiram sobre o ofício do historiador, a saber: os “pais fundadores” Marc Bloch, Lucien Febvre e seus intérpretes – Pierre Nora, Michel Le Goff, Michel de Certeau. Ainda, dos instigantes críticos da ortodoxia marxista, Claude Lefort, Cornelius Castoriadis, Michel Foucault; do sensível estudioso da memória, Walter Benjamin; da criativa intérprete do liberalismo no Brasil, Maria Sylvia C. Franco; do pesquisador do autoritarismo romântico Roberto Romano, e de meu inesquecível amigo, investigador exigente do “fato” e da memória, Carlos Alberto Vesentini. Dessa maneira, posso considerar a tese hoje apresentada como, efetivamente, um produto da docência e da pesquisa “livres” praticados universidade pública brasileira, particularmente na UNICAMP dos últimos 20 anos.

Campinas, 3 de setembro de 1999.

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson.

IZABEL ANDRADE MARSON

Curriculum Vitae

Apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, para Concurso de Livre Docência na Disciplina HH-483 - História do Brasil II.

1. Dados Pessoais:

Nome: IZABEL ANDRADE MARSON.

RG: 4.214.050.

CPF: 011.295.488-05.

Endereço: R. Aldo Grigol, 625 – Barão Geraldo – Campinas. CEP. 13.085-010.

Email: imarson@unicamp.br

Fone-Fax: (019) 287-45-18

2. Formação: Cursos Realizados:

2.1. Primário: Grupo Escolar de Álvares Machado – Álvares Machado (SP), 1955-1958.

2.2. Ginásial: G.E. “José Querino Cavalcanti”- Mirante do Paranapanema (SP), 1960-1963.

2.3. Colegial: I.E. “D. Antônio José dos Santos”- Rancharia (SP), 1964-1966.

2.4. Curso Superior: Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1967-1970.

2.5. Pós Graduação: Mestrado (1975) e Doutorado (1985) na Área de História Social no Depto. de História da FFLCH-USP, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota.

3. Atividades Docentes:**3.1. Curso secundário**

3.1.1. Professora de *História Geral* do Curso Etapa Vestibulares, março-dezembro de 1971.

3.1.2. Professora de História e O .S.P.B. (1º e 2º graus) da Escola N.S. das Graças, de março de 1978 a dezembro de 1981.

3.2. Curso Superior

3.2.1. Professora de *História Antiga e Medieval* no Curso de Estudos Sociais da Organização Santamarense de Ensino e Cultura, março de 1978/março de 1979.

3.2.2. Professora Assistente do Departamento de História do IFCH da UNICAMP, nas disciplinas *História da América Independente* e *História Moderna*, agosto de 1982 a dezembro de 1983.

3.2.3. Professora Assistente Doutora Efetiva no Curso de Graduação do Depto. de História da FFLCH-USP, nas disciplinas *História Ibérica* e *História do Brasil*, agosto de 1983-a dezembro de 1989).

3.2.4. Professora Assistente Doutora Efetiva nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Depto. de História do IFCH-UNICAMP, desde abril de 1989.

3.2.5. Participação nas atividades das Linhas de Pesquisa *História da Escravidão e do Racismo no século XIX* e *Jogos do Político: conceitos, representações e imaginário*, do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) do Depto. de História do IFCH-UNICAMP.

3.3. *Cursos de Especialização:*

3.3.1. Professora de *História do Brasil I e II* (Colônia, Império e República), dentro do Programa de Especialização Metodológica do Ensino de História, no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de 6 a 21 de julho de 1980.

3.3.2. Professora de *História* no Curso de Treinamento para Professores Secundários, dentro do Programa “Controvérsias na História do Brasil”, com a orientação do Depto. de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas e da Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do M.E.C., realizado nas Escolas Técnicas Federais de Belo Horizonte, Natal, Recife e Vitória, entre julho e dezembro de 1980.

3.3.3. Professora de *História do Brasil Império* no Curso de Especialização em *História Moderna e Contemporânea*, promovido pelo Depto. de Estudos Sociais do Centro de Ciências Humanas e Artes da Universidade Federal de Uberlândia, de 9 a 15 de janeiro de 1985.

3.3.4. Professora de *Historiografia Brasileira I*, no PROCEDES – Programa de Capacitação e Especialização de Docentes para o Ensino Superior, promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas, de 21 a 25 de julho de 1986.

3.3.5. Professora de Metodologia no Curso de Aperfeiçoamento, promovido pelo depto. de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Artes da Universidade Federal de Uberlândia, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 1990.

4. Atividades Afins:

4.1. Participação em Projetos de Pesquisa

4.1.1. *História Social de S. Paulo, 1822-1842*, sob a orientação do Prof. Dr. Arnaldo Daraya Contier, do Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, de junho a dezembro de 1971.

4.1.2. *Mudanças sociais e estruturas mentais e ideológicas no Brasil (1789-1945)*, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota, desenvolvido no Curso de Pós-Graduação do Depto. de História da FFLCH-USP, de 1971 a 1975.

4.1.3. Projeto Pós-Graduação ANPUH –, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato, do Depto. de História da FFLCH-USP - agosto 1993- agosto 1994.

4.1.4. *Razão Sentimento e Paixão na Política*, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Stella M. Bresciani, março 1995 – fevereiro 1997.

4.1.4.O *Liberalismo no Brasil no século XIX*, como coordenadora, pesquisadora e orientadora; projeto que inclui pesquisa pessoal e trabalhos dos orientandos, em vários níveis, desde 1997.

4.2. Bolsas e Experiência de Pesquisa

4.2.1. Bolsista da FAPESP, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota, de 1972 a 1976, em duas etapas: Bolsa de Aperfeiçoamento (Mestrado), com o projeto *Formas de Consciência Social na Rebelião Praieira: os jornais* (março de 1972-julho - 1974), de que resultou a Monografia de Mestrado; e Bolsa de Doutorado, com o projeto *Controle Social e Luta Armada: a rebelião Praieira* (setembro de 1974-dezembro 1976) de que resultou a Tese de Doutorado.

4.2.2. Bolsista da Fundação Carlos Chagas para pesquisa, redação e elaboração de atividades dentro do Projeto *Solução de Problemas: uma perspectiva de integração no ensino de 2º grau*, de que resultou o programa *Controvérsias na História do Brasil* (abril/junho de 1978).

4.2.3. Bolsista do CNPq, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota, com o projeto *O Progresso e a Rebelião Praieira: mediações e contradições*, que completou a

pesquisa para a Tese de Doutorado.

4.2.3. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (desde março de 1991, com os projetos: *Projetos políticos para a constituição do Estado Monárquico no Brasil durante o segundo Reinado; Feudalismo ,monocultura, escravidão: representações da sociedade pernambucana no século XIX; e Matrizes historiográficas interpretativas da revolução burguesa no século XIX*. Professor Pesquisador do CNPq, categoria/nível IIA.

5. Títulos Acadêmicos e Concursos

5.1. Bacharelado e Licenciatura em História pela FFLCH-USP, em 1970.

5.2. Mestrado em História, área de História Social, da mesma Faculdade, defendido em 6.6.1975, com a Dissertação : *Posições Políticas na Imprensa Pernambucana: 1842-1849*. Banca Examinadora: Carlos Guilherme Mota (orientador), Maria Thereza S. Petrone e Maria Sylvia Carvalho Franco Moreira.

5.3. Doutorado em história, área de História Social, da mesma Faculdade, defendido em 22.11.1985, com a Tese: *O Império do Progresso: Praieiros e Guabirus em Pernambuco (1842-1849)*. Banca Examinadora: Carlos Guilherme Mota (orientador), Peter Eisenberg, Maria Stella M. Bresciani, Arnaldo Daraya Contier e Maria de Lourdes M. Janotti.

5.4 Aprovada em 45^o lugar no Concurso de ingresso ao Magistério secundário, para provimento de Professores de História, nível III, em agosto de 1978.

5.5. Aprovada em 1^o lugar no Concurso de provas e títulos para efetivação de Professor-Assistente para a disciplina História Ibérica, junto ao Depto. de História da FFLCH-USP, em outubro de 1982.

6. Congressos e Conferências

6.1. *Participação em Congressos, Simpósios e Encontros*

6.1.1. VII Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de

História (ANPUH). Belo Horizonte, 2 a 9 de setembro de 1973, com apresentação da comunicação *Insurreições Liberais: fenômeno urbano?*

6.1.2. 34ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Campinas, 7 a 14 de julho de 1982, com a apresentação das comunicações *Trabalho Livre e Progresso e Controvérsias na história do Brasil: uma experiência controversa*.

6.1.3. V Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, promovido pela INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. S. Paulo, 3 a 7 de setembro de 1982, com a comunicação *Imprensa e História em Pernambuco na primeira metade do século XIX*.

6.1.4. 1º Encontro Regional de Professores de 1º e 2º graus de História e Estudos Sociais – na UNICAMP – 29 a 31 de agosto de 1983.

6.1.5. Semana da Hispanidad – 1984, promovida pela Faculdade Ibero-Americana e Colégio Cervantes, outubro de 1984.

6.1.6. Semana da Hispanidad 1986, promovida pelo Depto. de Letras modernas da FFLCH-USP, outubro de 1986.

6.1.8. 1º Colóquio de Pesquisadores do Museu da Casa Brasileira – *Escravidão e Abolição*, com participação na Mesa Redonda *Memória da Escravidão em famílias negras de S.Paulo*; 6.5.1988.

6.1.9. Simpósio *Histórias de Liberdade: cidadãos e escravos no mundo moderno*, promovido pelo Depto. de História do IFCH-UNICAMP em junho de 1988, com participação na Mesa Redonda *Trabalho, disciplina e controle social*.

6.1.10 Simpósio *A República faz Cem Anos*, promovido pelo IFCH-UNICAMP, coordenando o Seminário *Projetos Republicanos* a 28.11.1989.

6.1.11. XI Semana de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – (1º a 7 de setembro de 1991), com participação na Mesa Redonda *Movimentos Sociais – Séc. XIX*.

6.1.12. Congresso Internacional América 92: raízes e trajetórias – S. Paulo, apresentando comunicação junto à Sessão “Descobrimento e colonização: a construção da Memória” de que foi coordenadora – 20/8/1992.

6.1.13. XVII Simpósio Nacional de História (*História e Utopias*) promovido pela ANPUH – 19-23 de julho de 1993, coordenando e participando como expositora nas

Mesas Redondas *Utopias na construção do Império e Utopias na passagem do Império para a República.*

6.1.14. XIII Semana de História - *História Política: balanço e novas abordagens* (28/9-1º/10 de 1993) na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP), com participação a Mesa Redonda *A idéia de crise no Brasil Império.*

6.1.15. Colóquio Sentimento(s) e Identidade(s): os paradoxos do político, promovido pelo Convênio Paris VII- Depto. de História – UNICAMP, com participação na Mesa Redonda *Figuras da Identidade Nacional.*(maio de 1994)

6.1.16. XII Encontro Regional de História - Cultura, Memória e Poder – (5-7 de setembro de 1994) realizado na UNICAMP pelo Núcleo Regional da ANPUH, coordenando e participando como expositora na Mesa Redonda *Memória e poder na construção do Império*, e na Comunicação *Coordenada Cultura, Memória e Poder no Império.*

6.1.17. XVIII Simpósio Nacional de História – História e Identidades – (Recife, 23/28 de junho de 1995) promovido pela ANPUH, coordenando e participando como expositora nas Mesas Redondas *Representações da identidade pernambucana no início do séc. XIX* e *Memória e identidade nacional.*

6.1.18. XIII Encontro Regional de História – S. Paulo: percursos históricos e historiográficos – (2/5 de setembro de 1996), promovido pelo Núcleo Regional da ANPUH na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP), participando como expositora no workshop de História Política.

6.1.19. XIX Simpósio Nacional de História – História e Cidadania- (Belo Horizonte, 20-25 de julho de 1997) promovido pela ANPUH, participando como debatedora na Mesa Redonda *Construindo a cidadania – a nação como Império* e no workshop de História Política (*A esfera do político na historiografia sobre a Inconfidência Mineira*) e como coordenadora e expositora na Comunicação *Coordenada Cidadania e história no liberalismo.*

6.1..20..XIV Encontro Regional de História – Sujeito na História: Práticas e Representações – (S. Paulo, 2/9 de setembro de 1998), promovido pelo Núcleo Regional da ANPUH na PUC-S.Paulo,, participando como coordenadora e expositora nas

comunicações Coordenadas: *O sujeito histórico no discurso liberal – séc. XIX; e Sujeito e História: trajetórias de vida e projetos políticos na crise do Antigo Regime.*

6.1.21. Jornadas de 1848: 150 anos da Revolução Praieira, promovido pelo Depto de História da UFPE (1/3 de dezembro de 1998), participando da Mesa Redonda *A Praieira: contexto e perspectivas.*

6.2. Conferências

6.2.1. *Uma experiência de pesquisa e análise metodológica em história social: a trajetória do projeto de pesquisa sobre a Rebelião Praieira*, no Depto. de História da FFLCH-USP, dentro do Curso de Pós-Graduação ministrado pelo Prof. Dr. Carlos Guilherme Mota – 17.5.1976.

6.2.2. *O movimento praieiro em Pernambuco (1848-9): questões metodológicas e historiográficas*, no Programa de Pós-Graduação em História do IFCH-UNICAMP – 4.10.1976.

6.2.3. *A escravidão negra na América Espanhola*, no Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Moema (S.P.) – 3.10.1981.

6.2.4. *Controvérsias na História do Brasil: uma experiência controversa*, no Depto. de Metodologia de Ensino da Faculdade de Educação da UNICAMP, durante o 1º Encontro de professores de 1º e 2º. Grau de História e Estudos Sociais – 30.8.1983.

6.2.5. *Espanha e Colonização*, na Faculdade Ibero Americana, durante comemorações da Semana da Hispanidad/1984.

6.2.6. *A Espanha de Cervantes*, no Depto. de Letras Modernas da FFLCH-USP, durante a Semana da Hispanidad 1986 – 15.10.1986.

6.2.7. *A guerra civil espanhola: 1936-1939*, no Curso de Língua e Literatura Espanhola do Depto. de Letras Modernas da FFLCH-USP – abril de 1985 e agosto de 1986.

6.2.8. *Entre a vertigem e a razão: representações da revolução na política pernambucana, 1838-1850*, no Depto. de História da Universidade Federal do Paraná, durante comemorações do Centenário da Revolução Francesa – 16.5.1990.

6.2.9. *História Política e Metodologia*, no Programa de Pós-Graduação do Depto. de História da Universidade Federal do Paraná (Linha de Pesquisa História, Cultura e Poder)- 13.11.1995.

6.2.9. *Fontes e Métodos: a Revolução Praieira em questão*, no III Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 13.11.1995.

7. Publicações

7.1. Livros:

7.1.1. **Controvérsias na História do Brasil**. Brasília, Secretaria de Ensino de 1º e 20. Graus do M.E.C., 1980. (co-autoria).

7.1.2. **Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político**. S. Paulo, Ed. Moderna, 1980.

7.1.3.. **A Rebelião Praieira**. S. Paulo, Brasiliense, 1981.

7.1.4. **O Império do Progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)**. S. Paulo Brasiliense, 1987.

7.1.5. **Selos Comemorativos: fragmentos da memória do Brasil**. S. Paulo, Empresa das Artes, 1989.

7.1.6.. **Moeda e história no Brasil**. S. Paulo, Empresa das Artes, 1990.

7.2. Capítulos de Livros:

7.2.1. “Controvérsias na História do Brasil: uma experiência controversa” IN: SILVA, Marcos A. (org.)- **Repensando a História**. R. de Janeiro, Marco Zero, 1984.

7.2.2. “O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do progresso”. IN: BRESCIANI, M. Stella M.- **Imagens da Cidade.Séc. XIX e XX**. S. Paulo, ANPUH-Marco Zero-FAPESP, 1994.

7.2.3. “Prefácio”IN: LYRA, M. de Lourdes V.- **A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil – bastidores da política, 1798-1822**. R. de Janeiro, Sette Letras, 1994.

7.2.4. “O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica” IN: FREITAS, Marcos C. de (org.)- **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. S. Paulo, Contexto/USF, 1998.

7.2.5. MARSON, I. et al. A. “A esfera da história política na produção acadêmica sobre S.Paulo (1985-1994). IN: FERREIRA, A.C. et al.(org.) – **Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos**. S. Paulo, Editora UNESP, 1999.

7.3. Artigos

7.3.1. “Insurreições Liberais: fenômeno urbano?” **Anais do VII Simpósio da ANPUH**. S.Paulo, Revista de História, 1974, pp. 333-346 (co-autoria).

7.3.2. “Imprensa e História em Pernambuco na primeira metade do século XIX”. S. Paulo, **Cadernos INTERCOM**, 6:27-33, outubro 1983.

7.3.3. “Trabalho Livre e Progresso”. S. Paulo, **Revista Brasileira de História**, 7:81-93, 1984.

7.3.4. “Trabalho e Sofrimento”. S. Paulo, **D.O. Leitura.**, IMESP, outubro de 1988.

7.3.5. “O cidadão-criminoso: o engendramento da igualdade entre os homens livres e escravos durante o segundo reinado”. R. de Janeiro, **Estudos Afro-Asiáticos**, 16:141-156, março 1989.

7.3.6. “Entre a ‘vertigem’ e a razão: representações da revolução na política pernambucana: 1838-1850”. S. Paulo, **Revista Brasileira de História**, 20:171-210, 1991.(Reforma e Revolução).

7.3.7. “Liberalismo e Escravidão no Brasil: Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re(criação) do progresso”. S. Paulo, **Revista USP**, 17:102-113, março-maio 1993.

7.3.8. “Política, Ciência e Utopia: a Revista O Progresso e a re(criação) da monarquia constitucional no Brasil (1846-1848)”. S. Paulo, **Revista Brasileira de História**, 23-24:99-110, 1994 (Cultura e Política).

7.3.9. “Performances da Nação Liberal no Brasil do século XIX: o projeto do engenheiro Milet para a crise da lavoura açucareira nas Províncias do Norte”. Belo Horizonte, **Varia Historia**, 13:5-25, jun. 1994.

7.3.10. “Imagens da condição feminina em ‘Travels in Brazil’ de Henry Koster”. Campinas, **Cadernos Pagu**. (4):219-242, 1995.

7.3.11. “Fontes e Métodos: a Revolução Praieira em questão”. Coletânea do II Encontro Nacional da História do Esporte, Lazer e Educação Física. Curitiba, UFPR, 1995.

7.3.12. “Feudalismo e Escravidão: representações da sociedade pernambucana no ‘Travels in Brazil’ de Henry Koster”. **Clio. Revista de Pesquisa Histórica da UFPE**. 16:83-109. 1996.

7.3.13. “Minha Formação: autobiografia, política e história”. S. Paulo, **Revista Brasileira de História**, 33(17):78-97, 1997. (Biografia, biografias).

7.3.14. “Valentín Obac Puyol: um testemunho libertário na Espanha (1908-1939)”. Campinas, **Cadernos AEL**, 5/6:169-192, 1996-97.

7.3.15. “O Império como argumento: um contraponto entre Joaquim Nabuco e o bispo D. José Maurício da Rocha”. **Horizontes**. S. Paulo, USF, 1998. Vol. 16, p. 67-84.

7.3.16. “Política e Memória: a revolução Praieira e suas fontes”. **Idéias**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. jan/jun. 1998, no. 1, ano 5, p. 75-130. (Dossiê Revolução Praieira).

7.3.17. *Identité et différence. La “Nation Brésilienne” de l’ingénieur Milet.* **Les Cahiers du laboratoire de changement social**. (Sentiments et Identités: les paradoxes du politique). Université Paris 7 – Denis Diderot. 4:185-200, 1998.

. 7.4. *Resenhas*

7.4.1. “O nascimento das fábricas”. **Senhor**, 22.12.1982, p. 64-65.

7.4.2. “Da escravidão ao mercado de trabalho livre no Brasil”. **Folha de S. Paulo**, 9.11.1986.

7.4.3. “Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro”. Suplemento Cultura **de O Estado de P. Paulo**, 20.8.1988.

8. Outras Atividades

8.1. *Atividades de Orientação*

8.1.1. *Orientandos*

. *Iniciação Científica:*

- João Eduardo Álvares F. Scanavini. “O tráfico de escravos para o Brasil (séc. XIX): bibliografia e fontes”.

Mestrado:

- Alexandre José Gonçalves da Costa: “A Ação Social Católica em S. João del Rei: 1905-1925”.
- Célio R. Tasinafo: “Política e escravidão: o engendramento do projeto abolicionista de Joaquim Nabuco (1878-1883).

- Cristina Carrijo Galvão: “A escravidão compartilhada: relatos de viajantes e intérpretes da sociedade brasileira (1930-1970).

Doutorado:

- Jefferson Cano: “O fardo do homem de letras: cultura e política no império brasileiro”.
- Silvana M. Barbosa Blanco: “A *Sphinge* monárquica: a política imperial e o poder moderador”.
- Maria Cristina N. Ferreira Neto: “Trajetória de Teófilo Ottoni: história e memória”.
- Eide S. de Azevedo Abreu: “Liberalismo, escravidão e descentralização política: Tavares Bastos”.

8.1.2.. *Teses Orientadas e Defendidas*

Mestrado:

- Jefferson Cano: “Escravidão, Alforrias e Projetos Políticos na Imprensa de Campinas: 1870-1889” (mar. 1994).
- Silvana M. Barbosa Blanco: “Repúblicas das Letras: projetos republicanos na Província de S. Paulo: 1870-1889”.(mar. 1995).
- José Alves de Souza Jr.: “Constituição ou Revolução: projetos políticos para a emancipação do Grão Pará e a atuação de Felipe Patroni – 1820-1823”.(6/2/1998)
- Maria Cristina N. Ferreira Neto: “Política, razão e desrazão: dimensões históricas e políticas do “insucesso” do Pólo Mineiro-Químico-Industrial de Catalão-Ouvidor-1962-1992”.
- Valéria Aparecida Rocha Torres – “Justiniano José da Rocha e a memória do período regencial”.(1998) (26/11/1998)
- Sandra Rita Molina – “Des (obediência), barganha, confrontos: a luta pela sobrevivência da Província Carmelitana Fluminense: 1780-1836). (18/12/1998)

8.2. *Participação em Bancas Examinadoras:*

8.2.1. Mestrados:

. *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*, de Durval M. de Albuquerque Jr., Depto. de História, IFCH-UNICAMP, 27/4/1988.

. *Ervas de ruim qualidade: a expulsão a Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa: 1750-1763*, de Tiago Reis Miranda. Depto. de História, FFLCH-USP, 19/12/1991.

. *Posse de escravos e produção no agreste paraibano: um estudo sobre Bananeiras, 1830-1888*, de Dora Isabel Paiva da Costa. Depto. de História, IFCH-UNICAMP, 20.11.1992.

. *O Eldorado: Londrina e o norte do Paraná, 1930-1975*, de José Miguel Arias Neto. Depto. de História da FFLCH-USP, 29/10/1993.

. *Nas fronteiras da independência*, de Magda Maria Ricci. Depto. de História, IFCH-UNICAMP, 9/12/1993.

. *Da senzala à República: tensões sociais e disputas partidárias em S. Paulo no fim do Império (1869-1889)*, de Jonas Marçal de Queiroz. Depto. de História, IFCH-UNICAMP, 20/7/1995.

8.2.2. Doutorados;

. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, de Cecília H.L. de Salles Oliveira. Depto. de História, FFLCH-USP, 29/5/1987.

. *O nacional em Caio Prado Jr.*, de Jayro Gonçalves de Melo. Depto. de História, FFLCH-USP, 27/4/1988.

. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes nas histórias da história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)*, de Paulo Celso Miceli. Depto. de História, IFCH-UNICAMP, 20/11/1992.

. *Cólera: representações de uma angústia coletiva (a doença e o imaginário social no séc. XIX no Brasil)*, de Ariosvaldo da Silva Muniz. Depto. de História, IFCH-UNICAMP, 1º/4/1998.

. *Assombrações de um padre-regente. Diogo Antonio Feijó (1794-1843)*. Magda M. de Oliveira Ricci. Depto de História – IFCH-UNICAMP, 4/12/1998.

. *Lugares de Memória: Taunay e o Museu Paulista: 1916-1945*. Ana Claudia Brefe Fonseca. Depto. de História – IFCH – UNICAMP, 15/4/1999.

9. Consultorias

. Participação como Vogal nas Bancas Examinadoras dos Exames Vestibulares de História da FUVEST, em 1978, 1979 e 1982.

. Assessora de História da Secretaria de Ensino do 1º e 2º graus do M.E.C., no Curso de Treinamento para Professores Secundários, quando da aplicação do programa *Controvérsias na História do Brasil* nas Escolas Técnicas Federais de Belo Horizonte, Natal, Recife e Vitória. Julho/dezembro de 1980.

. Consultora **Ad hoc** do CNPq e da CAPES

Assessora da FAPESP;

Consultora da Editora da UNICAMP e do Centro de Memória (UNICAMP); da Universidade Estadual de Maringá; da Universidade Federal do Paraná; e da Revista Brasileira de História

Membro do Júri do Concurso Nelson Chaves de teses sobre o norte e o nordeste brasileiros, para os melhores trabalhos nas áreas de educação e história, ano de 1996, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Maio de 1997.

Participação do Processo de Avaliação Externa do Curso de Graduação em História da UFRGS – janeiro de 1999.

Membro do Conselho Consultivo da *Revista Brasileira de História* desde 1997.

Membro do Conselho Editorial da Revista *Clio* – do depto. de História da UFPE – desde 1996.

10. Coordenações

10.1. Sub Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História – IFCH-UNICAMP – julho 1993- janeiro 1994.

Participação do I Encontro de Coordenadores de Pós-Graduação em História – Brasília- 4/5- de novembro de 1993.

10.2. Membro da Comissão do Programa Pós-Graduação em História do IFCH-UNICAMP

Participação do II Encontro Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em História

-Florianópolis – 28/29-4-1994; e do V Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em História – Curitiba, 4 e 5 de maio de 1995.

10.3. Coordenação Associada do curso de Graduação em História – 1995-1996 – Coordenação do programa “Seu Colégio na UNICAMP” – agosto de 1995.

10.4. Membro da Comissão de graduação – 1997-1998. -

Campinas, 3 de setembro de 1999.

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson.